

**Conflitos Agrários, Poder e o Domínio da Memória Coletiva
(Região Oeste do Paraná 1950/80)**

Leandro de Araújo Crestani*

Resumo: A perspectiva desse artigo ao contrário daquilo que a historiografia oficial construiu a respeito da ocupação da região Oeste do Paraná, como se tivesse ocorrido de forma pacífica e harmoniosa, a presente pesquisa procura demonstrar a existência de conflitos pela posse da terra no município de Assis Chateaubriand. Tendo como principal objetivo apresentar como a Companhia Colonizadora Norte do Paraná utilizou o seu poder hegemônico nesse município em questão. A história oral e a memória coletiva dão base para a compreensão das versões esquecidas pela História Oficial das referidas localidades. Analisando a problemática de poder da Colonizadora Norte do Paraná e sua hegemonia sobre a memória coletiva. A pesquisa abordou as relações conflituosas entre a Colonizadora Norte do Paraná, colonos, posseiros e grileiros. Procurando compreender como a Colonizadora consolidou-se como grupo hegemônico, utilizando de mecanismos como jagunços, pistoleiros e principalmente da articulação do poder local (polícia civil e militar) para manter-se no poder, utilizando desses mecanismos contra os colonos, posseiros e grileiros. Pode-se perceber, de forma subjetiva, a interligação entre o poder político e econômico de tal companhia na região Oeste no processo de colonização, além do abuso que esses poderes legitimaram, por meio da interligação entre polícia, delegado, administração municipal, governadores e outros, conseguindo ocultar fatos ou até mesmo construindo uma imagem de uma empresa que defendia a “Reforma Agrária”. A metodologia baseia-se na história oral, para compreender o processo de estruturação da memória coletiva. Tendo a memória como evocação do passado, lembrança e o esquecimento. Contudo, quando nos deparamos com os conflitos agrários na região Oeste do Paraná, remetemo-nos a várias e intrincadas lutas, que muitas delas, a história oficial deixou perdidas no tempo. Ou seja, esquecidas, rejeitadas, apagadas da memória, e principalmente ao reconstituirmos a história dos conflitos agrários no município de Assis Chateaubriand, ajudamos a construir outra versão da história da região Oeste do Paraná. Contudo, o estudo dessa temática, por meio de fontes documentais e principalmente de entrevistas, apontou que a colonização da região Oeste do Estado do Paraná aconteceu de forma “irregular”.

Palavras-Chave: Conflito agrário; Memória Coletiva; Oeste do Paraná.

Introdução

O presente artigo busca compreender os conflitos ligados à disputa pela terra na região Oeste do Paraná, especificamente no município de Assis Chateaubriand, após a década de 1950. No processo de pesquisa sobre a temática, podemos constatar que muitas pesquisas realizadas sobre essa região preocuparam-se em conhecer o processo de colonização, porém não destacaram as ações das empresas colonizadoras, dos colonos, posseiros e grileiros na ocupação territorial.

Ao trabalhar o processo de colonização na região oeste do Paraná, indagamos as questões do homem rural, do colono, do camponês, do pequeno agricultor, do posseiro e do grileiro. Mas ao falar sobre a terra, que cerca a vida desses indivíduos, uma coisa é certa, “virou coisa de alguém, não de todos, não comum. Virou a sorte de uns e a desgraça de tantos”. (SOUZA, 1995, Apud. MOTTA, 2002, p. 26). Logo, ao falar sobre a violência que ocorreu no processo de colonização, remetemo-nos ao conflito, à morte de colonos e posseiros. Devemos compreender as estratégias dos colonos, posseiros e grileiros e, principalmente, das companhias colonizadoras e da administração do Estado do Paraná em meados do século XX, sobre a expedição de títulos de propriedade de terra para essas pessoas.

Para Myskiw (2002), a atuação do Estado do Paraná e de empresas privadas na colonização da região Oeste ocorreu entre os anos de 1950 e 1960. Esse processo colonizador envolveu tanto companhias colonizadoras, quanto jagunços, colonos, posseiros e grileiros na prática de atrocidades, fazendo uso da violência física para tomar a posse da terra ou como forma de defesa de sua propriedade (ou suposta propriedade).

A presente pesquisa abordará as relações conflituosas entre a Colonizadora Norte do Paraná, colonos, posseiros e grileiros, na região Oeste do Estado. Procurando compreender como a Colonizadora Norte do Paraná consolidou-se como grupo hegemônico, utilizando de mecanismos como jagunços, pistoleiros e principalmente da articulação do poder local (polícia civil e militar) para manter-se no poder, utilizando desses mecanismos contra os colonos, posseiros e grileiros.

Nessa perspectiva, temos como problemática a compreensão de como a Colonizadora Norte do Paraná exerceu o poder no município de Assis Chateaubriand, mostrando como ela agiu e como ocorreram as ações desenvolvidas por tal colonizadora contra colonos, posseiros e grileiros.

O Poder da Colonizadora Norte do Paraná

Ao trabalhar com a problemática dos conflitos agrários na região Oeste Paraná, dois fatores devem ser indagados: o poder que a Colonizadora Norte do Paraná exerceu no período de colonização e a memória coletiva dos conflitos agrários que ocorreram nessa região. Dessa forma, promover a discussão acerca do “espaço social e da gênese das classes sociais”. Ou seja, analisando como os diretores, funcionários da colonizadora, jagunços e capangas representaram como “porta-vozes autorizados” do poder nessa região. Segundo Pierre Bourdieu (1998), os “porta-vozes autorizados” possuem

pleno poder de falar e agir em nome do grupo e, em primeiro lugar, sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é o substituto do grupo que somente por essa procuração existe; personificação de uma pessoa fictícia, de uma ficção social, ele faz sair do estado de indivíduos separados os que ele pretende representar, permitindo-lhes agir e falar, através dele, como um só homem. [...] De modo mais geral, todos os enunciados que têm como sujeitos um coletivo, Povo, Classe,

Universidade, Escola, Estado, supõem resolvido o problema da existência do grupo em questão e encobrem esta espécie de ‘falsificação de escrita metafísica’ que foi possível denunciar no argumento ontológico. O porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em lugar de um grupo, põe, subrepticamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente ao todo acto de nomeação. (BOURDIEU, 1998, p.158-159).

Assim, como se referiu Bourdieu, a colonizadora foi um porta-voz autorizado, aqueles que ao grupo impõem essas questões.

Investigando, durante três anos e meio que morei na cidade de Assis Chateaubriand, o explosivo assunto da propalada violência empregada pelas duas companhias, Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda., e a Colonizadora Norte do Paraná S/A, contra os posseiros que habitaram a região nos idos de 1952 a 1966, deparei de imediato com duas versões: a das companhias e seus clientes (compradores dos lotes de terra), que se elogiam e autoelogiam sem parar, relembrando e defendendo a metodologia legalista da venda e ocupação dos lotes que não causaram, até os dias de hoje, nenhum problema as empresas colonizadoras nem aos pioneiros. Orgulhosos, os donos das companhias afirmam, peremptórios, que não existe, nem jamais existiu no Fórum local, nenhum processo criminal onde haja condenação contra os donos, diretores e funcionários das duas companhias responsáveis pelo processo de colonização do município de Assis Chateaubriand. (MAIOR, 1996, p.76-77).

Não podemos esquecer que a Colonizadora usou um discurso que se tornou uma construção simbólica de enunciados e imagens hegemônicas, que visam legitimar uma ação política dominante num determinado espaço territorial.

Michel Foucault enfatiza que o Estado não é o ponto central do poder, já que “*os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado [...]*” (FOUCAULT, 2000, p.XII). Dessa forma, os micro-poderes relacionam-se com os níveis mais gerais do poder constituído pelo aparelho do Estado, não tendo o poder como uma dominação global e centralizada, e sim que se pluraliza, difundindo e repercutindo nos setores da vida social de modo homogêneo. Tendo, também, uma existência própria e formas específicas aos níveis mais elementar da sociedade.

A colonizadora Norte do Paraná usou um poder essencialmente repressivo na região Oeste do Paraná, tendo uma relação de poder em redes. Dessa forma, podemos analisar o poder como algo que circula, ou como enfatiza Foucault, que funciona em cadeia.

Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. (FOUCAULT, 2000, p.183).

História Oral e a Memória Coletiva: A Voz das Versões Menosprezadas da História Oficial

Por se tratar de um período histórico bastante recente, é necessário compreender a memória coletiva sobre os conflitos agrários no município de Assis Chateaubriand. Segundo Maurice Halbwachs (1990), a memória pode ser analisada como um fenômeno social, ou seja, construída coletivamente, passível de constantes transformações, o que contraria as hipóteses de que a memória apresenta-se puramente individual. Na visão do autor, “*a memória é resultado do movimento do sujeito no ato da memorização, como também é ação dos diversos grupos sociais em suas histórias, o passado e presente*”. (HALBWACHS, 1990, p.32).

Segundo Jacques Le Goff (2003), as ciências humanas, principalmente a História e a Antropologia, utilizam mais da memória coletiva do que das memórias individuais. A memória é o local de conservar certas informações, remete-se no conjunto de funções psíquicas, e principalmente onde o indivíduo pode atualizar impressões ou informações passadas ou que ele representava como passado.

Para Le Goff (2003), a memória coletiva aborda as grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, que lutam pelo poder, e outros que lutam pela sobrevivência. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. (LE GOFF, 2003, p.469).

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral, ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, aquelas que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2003, p. 470).

Nota-se que a memória coletiva está estreitamente ligada a uma classe social dominante, e principalmente essa classe dominante tem a vigilância e controle da memória coletiva, controlando arquivos públicos, jornais, meios de comunicações, entre outros. Desse modo, Le Goff (2003) mostra a importância da memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado, para servir de base ao presente e futuro. Sendo a memória coletiva uma forma de libertação e não de servidão das classes dominadas.

Para Schimdt (2000, p.12), a memória “apresenta reflexões referentes à organização e a diversificação da memória, caracterizando-a como sendo seletiva porque nem tudo pode ser registrado no transcorrer histórico”. As construções da memória devem ser compreendidas como implicações do presente com o passado, ocasionando a alteração de sua forma devido ao fato da memória ser articulada socialmente.

Ao estudar os conflitos agrários na região Oeste do Paraná, devemos compreender que há um envolvimento de interesses particulares que integram um mesmo grupo, que tentou “criar”, “recriar”, “reforçar” e ou “destruir” certos elementos para manipular a “memória coletiva”. Portanto, o historiador, ao reescrever o passado, implica buscar diferentes versões para tentar achar uma explicação histórica para o fato, já que não conseguirá reconstruir o passado tal como foram seus acontecimentos.

A história oral provoca uma aproximação da realidade vivida do entrevistado, cercado-se de teorias interpretativas que melhor se adequem para a análise de tal problemática. Segundo Ecléa Bosi (1995), o estudo da “memória viva” é fundamental para compreender a participação de uma pessoa, pelos fatos sofridos por ela, possibilitando uma análise do estudo.

Um verdadeiro teste para hipótese psicossocial da memória, encontra-se no estudo das lembranças de pessoas idosas: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que solicita muito mais intensamente do que uma pessoa de idade. (BOSI, 1995, p.60).

Logo, podemos compreender que o testemunho oral representa o núcleo de investigação, levando o historiador a trabalhar as relações entre a escrita e oralidade, memória e história, a história oficial e a história popular.

O uso sistemático do testemunho oral possibilita à história oral esclarecer trajetórias, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças,

miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas; essa característica permitiu inclusive que uma vertente da história oral se tenha constituído ligada à história dos excluídos. (FERREIRA; AMADO, 2002. p. XIV).

As pesquisas baseadas na história oral apoiam-se nos pontos de vista dos indivíduos, expressos em entrevistas, sendo esses, legítimas fontes históricas, resultado do diálogo entre entrevistador e entrevistado. Para Ferreira e Amado (2002), o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória do entrevistado.

Segundo Jorge Eduardo Aceves Lozano (2002), a história oral (oralidade) permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas. A partir do interesse do historiador pela oralidade, destaca-se a sua análise na “visão” e “versão” que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais.

O historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos “sem voz”, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise histórica; que seu papel como pesquisador não se limite ao de um entrevistador eficiente, e que seu esforço e sua capacidade de síntese e análise não sejam arquivados e substituídos pelas fitas de gravação (sonoras e visuais). (LOZANO, 2002, p. 17).

O que tornaria a História oral diferente para Portelli (1997) seriam os “*eventos e significados*”. Já que o entrevistado sempre revela eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos. Sendo aquele que nos conta menos sobre eventos do que sobre significados, sempre revelando algo de novo de evento conhecido. Dessa forma, as fontes orais mostram uma subjetividade do expositor que ajudam “não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.” (PORTELLI, 1997, p.31).

Qual seria a credibilidade das fontes orais? Ou seja, será que são aceitáveis? Para Portelli, não há “*falsas*” fontes orais. Uma vez checado a sua credibilidade factual, “Fica na história oral a diversidade que consiste no fato de afirmativas erradas são ainda psicologicamente corretas, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto o registros factuais confiáveis” (PORTELLI, 1997, p.32).

Ao analisar a objetividade das fontes orais, Portelli (1997) afirma que essas não são objetivas, pois os documentos de história oral são sempre os resultados de um relacionamento, de um projeto compartilhado entre o entrevistador e o entrevistado. E também que o testemunho oral nunca é igual duas vezes. Assim, podemos entender o que faz a história oral diferente, já que o texto é uma forma estável, que não pode ser apenas interpretado. As fontes orais “dependem largamente do que os entrevistadores põem em termos das questões, diálogos e relações pessoais” (PORTELLI, 1997, p.35). Esse fator não se manifesta na fonte escrita.

Quem falaria na história oral? Para Portelli (1997), as fontes orais são condições necessárias (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro muito mais abundante. Isto é, história oral tem um caráter de trazer à tona dados das camadas populares que ficaram submetidas à classe dominante.

Para Portelli (1997), o entrevistador se torna parte da fonte, ou seja, a história oral remete outros sujeitos aos discursos do entrevistado, mas, de fato, o historiador começa cada vez menos a ser “*intermediário*” entre o operariado e o leitor, e cada vez mais seu protagonista. No momento em que está sendo realizada uma entrevista, o historiador se torna

parte da história narrada. Portanto, devemos indagar o entrevistado de forma que conte o fato com clareza e coerência, para que possamos extrair da narração o ponto chave para o trabalho.

Contudo, ao lançar um olhar sobre a questão do poder simbólico utilizado pela Colonizadora Norte do Paraná e sua rede de micro-poderes, e principalmente como ocorreu a construção da memória coletiva nos municípios de Assis Chateaubriand e Tupãssi, é possível visualizar elementos do seu ambiente sociocultural e contexto histórico, que predominam até hoje nos municípios em questão.

O conflito pela terra

Pode-se perceber, de forma subjetiva, a interligação entre o poder político e econômico de tal companhia na região Oeste no processo de colonização, além do abuso que esses poderes legitimaram, por meio da interligação entre polícia, delegado, administração municipal, governadores e outros, conseguindo ocultar fatos ou até mesmo construindo uma imagem de uma empresa que defendia a “Reforma Agrária”.

Tal ideia está complacente ao que diz Laércio Souto Maior no livro sobre a história do processo de colonização do município. Ele enfatiza que:

os donos das companhias afirmam, peremptórios, que não existe, nem jamais existiu no Fórum local, nenhum processo criminal onde haja condenação contra os donos, diretores e funcionários das duas Companhias responsáveis pelo processo de colonização do Município de Assis Chateaubriand” (SOUTO MAIOR, 1996, p.7).

Colognese, Gregory e Schallenberger (1999) demonstram justamente que houve conflitos na região Oeste do Estado do Paraná, não sendo uma colonização de “*forma legalista*”, igual a apresentada por Laércio Souto Maior. O discurso dominante da Colonizadora Norte do Paraná aponta que “nunca existiu um processo, ou condenação contra a colonizadora”, porém esse discurso é desconstruído no “*Caso da Gleba Primavera*”.

A Gleba Primavera, situada no distrito de Bragantina, no município de Assis Chateaubriand, é palco da briga pela posse de terra entre Rubens de Castro e Sousa contra a Colonizadora Norte do Paraná, sendo uma briga judicial que pendura desde 1981 até hoje.

Rubens de Castro teve que ir até o município de Curitiba para poder registrar uma queixa contra a Colonizadora, já que, segundo a queixa feita por ele, na Divisão Policial do Interior, a delegacia local estava trabalhando a favor dessa empresa. Por essa razão, Rubens de Castro teve que apresentar queixa em Curitiba, capital do Estado do Paraná.

(...) em virtude de sua terra ser invadida por mais de uma dezena de jagunços da Colonizadora, acompanhados pelas próprias polícias civil e militar de Assis Chateaubriand, destruindo plantações com tratores, invadindo casas, e ainda quando os polícias se deslocaram até a cidade para o almoço, mataram o senhor José Hosano, por engano, achando que seria um dos posseiros. (DIVISÃO POLICIAL DO INTERIOR, 1981, f. 1).

A queixa feita por Rubens de Castro, Inocêncio, Gonçalves da Silva, Gercino Gonçalves de Oliveira e Ironides Capoia, na Divisão Policial do Interior, em Curitiba, no dia 30 de setembro de 1981 pontua que:

no distrito de Bragantina, que no dia dezesseis, uma quarta feira, do mês em curso por volta das dez horas a propriedade mencionada foi invadida por quatros policiais militares devidamente fardados e um à paisana que é da Polícia civil e que geralmente dirige a viatura policial da DP de Assis Chateaubriand. Os militares devidamente armados com duas metralhadoras e rifles e ainda revólveres, faziam cobertura a oito tratoristas que passavam arrastão e plantavam milho, pois a área já estava preparada para plantio, cuja preparação do terreno para tal havia sido realizada pelo queixoso e seus acompanhantes [...] também o senhor João Palhosas com uma camionete C-10, bem com um outro conhecido por Santo Coldebellas, que

a invasão perdurou cinco dias, com toda a citada cobertura de policiais militares e do policial civil e de Delegado de Polícia Pedro Saugo. (DIVISÃO POLICIAL DO INTERIOR, 1981, f. 1).

Nos relatos de Rubens de Castro, Inocêncio, Gonçalves da Silva, Gercino Gonçalves de Oliveira e Ironides Capoia na queixa, podemos perceber que esses sofreram ameaça tanto dos policiais como de vários pistoleiros:

[...] um tal de 'Luiz Bigode', que, primeiro dia da invasão a esposa do queixoso foi tirar satisfações sendo então ameaçado de morte pelo soldado Zanela que encostou o peito da mesma a metralhadora que empunhava [...] além da cobertura policial existe também a participação de vários pistoleiros [...] que o Sr. Palhosa trabalha para a Colonizadora Norte do Paraná na qualidade de pistoleiro fazendo ameaças, aos posseiros da referida área a fim de amedrontá-los na tentativa de quer o mesmos desocupem as terras. (DIVISÃO POLICIAL DO INTERIOR, 1981, f. 1 – 2).

Podemos notar que a Colonizadora Norte do Paraná consolidou-se como grupo hegemônico nessa região em análise, tendo os mecanismos de poder ao seu favor. Para Gramsci, a hegemonia consiste no surgimento ou criação de uma mentalidade uniforme sobre determinadas questões, ou seja, fazendo com que a população acredite ser correta. Logo, o poder de manipulação é tamanho que até o senso crítico da sociedade fica completamente imobilizado, incapaz de ajudar o indivíduo a analisar as questões de maneira isenta. Para Johnson (1997), a hegemonia da forma desenvolvida pelo marxista italiano Antonio Gramsci é um conceito que se refere a uma forma particular de dominação na qual uma classe, grupo ou ideologia torna legítima sua posição e obtém aceitação, quando não o apoio irrestrito dos que se encontram abaixo da camada dominante.

Os mecanismos utilizados pela Colonizadora Norte do Paraná geraram ao seu favor um aparelho central e exclusivo do poder nos município de Assis Chateaubriand, utilizando uma articulação entres os poderes locais “polícias civil, militar e o Fórum local”, mantendo, assim, o domínio da população e defendendo seus interesses.

A hegemonia de um grupo, ou classe social, na perspectiva de Johnson (1997), refere-se tanto aos mecanismos e bases sociais da dominação, quanto ao fato da própria dominação. Assim, o conceito de hegemonia focaliza atenção em como dominação e subordinação são definidas como estruturas normais da sociedade e incluídas no arcabouço institucional dos principais aspectos da vida social, desde a família à educação e à religião organizada.

Segundo Rita Boritza (1994), o grupo de Oscar Martinez estava titulando terras devolutas ou de domínio particular, alterando divisas, nomes de rios e acionando jagunços contra posseiros na região Oeste do Paraná. Conseguindo, com isso, uma fortuna incalculável na região Oeste.

Entretanto, a “verdade histórica” não é o objetivo desta pesquisa, pois o que se pretende é compreender as relações que moldaram e determinaram os motivos, as relações de poder e o andamento da questão agrária no Município de Assis Chateaubriand. Logo, esse trabalho refere-se à história regional, analisando o processo de ocupação e da colonização. Como afirma Erneldo Schalleberger (2008), a história regional é a afirmação de um discurso hegemônico e de idealização de um protótipo social: “o pioneiro”. No entanto, Fra Falcon (1997), diz que a história regional é uma história política e também que as biografias e as histórias administrativas são mais políticas do que qualquer outra coisa.

Considerações Finais

Nesse artigo, várias narrativas foram apresentadas retratando o cenário dos conflitos de terras que ocorreu no município de Assis Chateaubriand, envolvendo a Colonizadora Norte do Paraná, contra colonos, posseiros e grileiros nessa localidade. Busca-se nessa pesquisa

deslegitimar a “*memória oficial*” sobre os conflitos de terras que ocorrem na região Oeste do Paraná. De acordo com o estudo apresentado pela ótica da história, nota-se a construção de uma “amnésia social” sobre o processo de colonização dos municípios em questão.

No decorrer da pesquisa podemos perceber a interligação entre a Colonizadora Norte do Paraná com os poderes políticos, econômicos e sociais nessa região, que utilizaram desses poderes para praticar a violência sobre os pequenos proprietários de terras, posseiros e grileiros. Isso ocorreu por meio das autoridades como: polícias civis e militares, delegados, prefeitos, entre outras.

Contudo, o estudo dessa temática, por meio de fontes documentais e principalmente de entrevistas, apontou que a colonização da região Oeste do Estado do Paraná aconteceu de forma “irregular”. A pesquisa buscou mostrar a situação agrária da região em questão, sobre a “posse”, a “titulação”, a “propriedade”, que eram questões preocupantes nos primeiros tempos da colonização moderna dessa área. Podemos chegar a uma conclusão que essa realidade de conflito mexia com a vida de colonos, posseiros e grileiros. Sendo parte de seu cotidiano, ou seja, muitos enfrentavam o desafio de deixar a sua terra natal, na idéia de construir uma nova vida familiar, em busca da pequena propriedade rural. Na perspectiva de dia melhores, acabavam enfrentado a ganância da pela posse da terra.

Ao estudar os conflitos de terras na região Oeste do Paraná, nota-se a existência de uma diferença na própria visão do processo de colonização, ou seja, o grupo hegemônico tenta afirmar a sua continuidade histórica pelo discurso, enquanto o grupo dominado busca assegurar a versão que em muitos casos é considera uma ótica desvirtuada sobre a história dessa região.

Fonte Primária

Queixa feita por Rubens de Castro e Souza na Divisão Policial do Interior em Curitiba, 29 de set. 1981

Referências Bibliográficas:

AMADO, Janaína. *História e Região: reconhecendo e construindo espaços*. In. SILVA, Marcos A. da (Coord.). República em Migalhas: História Regional e Local. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

BORITZA, Rita. *Os Conflitos Ocupacionais da Colonização de Assis Chateaubriand*. Toledo: UNIOESTE, 1994. [Monografia de Especialização em História do Brasil].

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade, lembranças e velhos*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

COLOGNESE, Silvio Antonio; GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. Tupãssi: do mito à história. Cascavel: EDUNIOESTE, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1991.

IPARDES, Pesquisas. *O Paraná reinventado – política e governo*. Curitiba, 1989.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio Janeiro: Jorge Zaar, 1997. 300.p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. In. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.15-26.

MYSKIW, Antonio Marcos. *Titulação de terras no Oeste Paranaense: Uma análise documental*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2000. [TCC em História].

_____. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66)*. Niterói: UFF, 2002. 201 p.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n° 10, 1992.

PORTELLI, A. “O que faz a história oral”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9 n°19. pp. 219-243. set.89/fev.90.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *História Regional: dimensões teórico-conceituais*. *Revista História: debates e tendências*. Passo Fundo. V.1, n.1, 1999, p. 15-22.

SCHALLWNBURGER, Erneldo. *Fronteiras em movimento e território em construção: O caso do Paraná*. In: Colognese, Silvio Antonio (Org.). *Fronteiras e identidades regionais*. Cascavel: Coluna Saber, 2008.

SILVA, Marcos A. da (Coord.). *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1990.

SHIMDT, R. J. *Memória(s) e Mito Político Reflexões Teóricas*. In: LOPES, M. A., (Org.). *Espaços da memória: Fronteira*. Cascavel: EDUNIOESTE: 2000. p. 09-23.

SOUTO MAIOR, Laércio. *História do Município de Assis Chateaubriand: o encontro das correntes migratórias na última fronteira agrícola do Estado do Paraná*. Maringá: Clicheter, 1996.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMAZI, Nelson Dacio. *“Norte do Paraná”*: História e Fantasmagorias. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TOURINHO, Luiz Anselmo Merlin. *O código florestal na pequena propriedade rural*: Um estudo de caso em três propriedades na Microbacia do rio Miringüava. Curitiba. Universidade Federal do Paraná, 2005. [Dissertação de Geografia].

WESTPHALEN, Cecília Maria. *História Nacional, História Regional*”. Revista de Estudos Brasileiros, Curitiba.2(3), 1977. P. 29-34.

* Licenciado em História (UNIMEO/CTESOP). Mestrando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Toledo. Pesquisador do Grupo Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional (UNIOESTE) E-mail: leandrocrestani@hotmail.com